

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNTB** e **CUT**

APEOESP DISCUTE COM SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO ATRIBUIÇÃO DE AULAS E OUTROS PONTOS

Em reunião mantida com o Secretário Estadual de Educação na tarde desta terça-feira, 27 de janeiro, a APEOESP tratou do processo de atribuição de aulas, questão salarial e outros pontos de interesse da nossa categoria.

Fechamento de classes e superlotação de salas de aula

Em relação à atribuição de aulas, a APEOESP denunciou mais uma vez o generalizado processo de fechamento de classes em todo o estado, ao mesmo tempo em que salas são superlotadas com 40, 50 ou mais alunos. Há muitos casos em que existe demanda conhecida, mas algumas escolas recusam-se, inclusive, a registrar o interesse pelas matrículas. Em outros, escolas fecham classes e direcionam os alunos interessados para escolas distantes o que, certamente, deve provocar desistências.

Este procedimento, além de atender contra o direito da população ao acesso à escola pública, resulta em desemprego de professores. Professores efetivos têm ficado adidos; professores da categoria "F" têm que cumprir horas de permanência; e os professores da categoria "O" não têm oportunidade de conseguir aulas.

Face à insistência da APEOESP, o Secretário, a Coordenadora da CGRH e a equipe de atribuição de aulas, presentes à reunião, concordaram que, encerrado o processo inicial de atribuição de aulas,

haverá desmembramento de classes, o que irá gerar mais possibilidades de trabalho aos professores. Disse que sua determinação é para que se apliquem os módulos na estruturação das classes e solicitou que todos os casos concretos de classes com número de alunos superior a 40 sejam comunicados.

Assim, solicitamos que continuem a ser comunicados à Presidência da APEOESP (presiden@apeoesp.org.br) todos os casos de fechamento de classes e, ainda, os de classes superlotadas, com nome da escola, DE e a identificação das classes, para que possamos lutar pelo seu desmembramento.

No mínimo um PCP em cada escola!

A APEOESP reafirmou ao Secretário a reivindicação de que cada escola tenha, no mínimo, um Professor Coordenador Pedagógico e que seja mantida a distribuição de PCPs como até então vinha sendo praticada. Pela nova metodologia, a EE Gavião Peixoto, em Perus (capital), por exemplo, terá apenas um PCP para coordenar 60 classes de ensino médio. A Presidenta da APEO-

ESP também manifestou a posição do Sindicato contrária à determinação de que o diretor acumule esta função nas escolas que possuem até dez classes, por entender que isto compromete suas tarefas e a execução do projeto político-pedagógico. Nem sempre, por outro lado, o diretor possui aptidão para esta função, ao contrário dos professores que buscam exercê-la.

O Secretário disse que esta questão está sendo analisada pela SEE e que transmitirá à APEOESP sua decisão assim que for definida.

Turmas de Atividades Curriculares Desportivas

A APEOESP reivindicou que a formação de turmas de ACD (bem como de todos os demais projetos) seja realizada o quanto antes, já no início das aulas, e não apenas em março.

Foi reafirmado pelo próprio Secretário que tão logo as turmas de ACD sejam formadas, aquele professor de Educação Física que tenha assumido aulas regulares pode declinar para assumir essas turmas de ACD.

Foi esclarecido na reunião que o

limite de até duas turmas por professor é válido para todas as jornadas de trabalho.

A APEOESP reafirmou a solicitação para que seja antecipada a atribuição de todos os projetos ainda sujeitos a definições para o início do ano letivo.

Garantia dos direitos dos professores habilitados

A APEOESP levou ao Secretário a questão dos professores remanescentes do concurso, que sendo habilitados de acordo com a LDB, são preteridos na atribuição de aulas em favor de alunos, bacharéis e tecnólogos que, por estarem com seus contratos em vigência, participam antes do processo.

O Secretário disse concordar com a posição da APEOESP, porém, não houve a definição de uma ação concreta para corrigir este problema. A APEOESP vai continuar insistindo junto à SEE para que os procedimentos e a ordem de atribuição sejam corrigidos, porém, desde já orienta todos os professores habilitados que tenham aulas de suas disciplinas assumidas por pessoas “qualificadas” (ou seja, não habilitadas de acordo com a LDB), a requererem tais aulas, com base no artigo 7º, § 7º, da Resolução SE 75, de 2013:

Artigo 7º - (...)

§ 7º - Na ausência de docentes habilitados/qualificados para a disciplina ou área de necessidade especial, poderá ser contratado candidato que não possua habilitação ou qualquer qualificação nesse campo de atuação, em caráter excepcional, até que se apresente candidato habilitado ou qualificado, para o qual o contratado perderá as referidas aulas ou classe.

Atribuição dos professores remanescentes de concurso

A APEOESP reafirmou também a reivindicação de que os professores remanescentes do concurso de PEB II possam escolher *no ato da atribuição* as aulas de todas as disciplinas em que são habilitados. A equipe de atribuição de aulas da CGRH, presente à reunião, esclareceu que os professores remanescentes escolherão, primeiro, as aulas da disciplina na qual se deu sua aprovação no concurso e, no momento imediatamente posterior, na unidade

escolar, cada professor deverá comprovar suas habilitações e poderá receber mais aulas nas demais habilitações.

Atribuição nas DEs coordenado pela SEE

A Presidenta da APEOESP reivindicou, então, que o saldo de aulas da atribuição seja destinado às Diretorias de Ensino, com calendário e procedimentos padronizados e coordenados pela SEE, de forma a equalizar as situações e garantir direito a todos.

Assim, todos os professores poderão concorrer com sua classificação, permitindo resolver a situação de professores que ficaram adidos, de professores da categoria “F” que não conseguiram aulas e de professores da categoria “O”, entre eles os remanescentes do concurso.

Para a atribuição no decorrer do ano letivo, cada DE procederá como vem sendo feito nos anos anteriores.

A SEE analisará a questão, tendo o Secretário manifestado, em princípio, concordância com a idéia.

Garantia da cota de 5% para os deficientes

A APEOESP cobrou do Secretário da Educação que seja cumprida a lei no que se refere à cota de 5% das aulas para professores deficientes. O Secretário solicitou que sejam encaminhados os casos concretos (DEs) que não estão cumprindo a lei, para que sejam tomadas as providências cabíveis. Solicitamos, assim, que todos os casos sejam encaminhados ao e-mail da Presidência da APEOESP (www.apeoesp.org.br).

Intensificar as ações individuais contra a “duzentena”!

Frente à decisão de primeira instância da Justiça Estadual, que negou a liminar solicitada pela APEOESP, UBES, UPES, com apoio do CRECE em Ação Civil Pública para que não seja exigido o cumprimento de “duzentena” para que os professores da categoria “O” participem do processo de atribuição de aulas, reafirmamos a orientação para que sejam multiplicadas as ações individuais.

Como já noticiamos, já obtivemos liminar na região de Bauru, beneficiando quatro professores, e poderemos obter muitas outras nas comarcas locais. Essas sentenças são importantes não apenas para os beneficiários diretos, mas também porque criam jurisprudência, uma vez que a APEOESP recorreu da decisão no caso da Ação Civil Pública.

Falta d'água

A Presidenta da APEOESP cobrou do Secretário da Educação um plano para assegurar a continuidade das aulas nas escolas, com condições adequadas de higiene e satisfação das demais necessidades da comunidade escolar, diante da iminente falta d'água na capital e outras regiões.

Em resposta, o Secretário disse que este plano está formulado e que as providências necessárias serão tomadas. A APEOESP reafirma que não abrirá mão dessas soluções e que se manterá vigilante para cobrá-las e para defender os direitos da categoria e demais segmentos das escolas públicas.

Evolução Funcional pela Via Não Acadêmica

A APEOESP cobrou do Secretário solução para a questão dos processos de evolução funcional pela via não acadêmica que se encontram parados nas Diretorias de Ensino, prejudicando os professores. A SEE informa que os processos de evolução pela via não acadêmica que não se enquadraram nas alterações definidas no âmbito da Comissão Paritária quando da regulamentação dos novos níveis e faixas criados pela LC 1143/11 estão tendo andamento normal.

Quanto àqueles que se enquadram nas novas regras, a CGRH informou que estão sendo tomadas as providên-

cias para a adequação do sistema para que os dados possam ser inseridos. O Secretário cobrou a agilização desses procedimentos.

A Presidenta da APEOESP reiterou ao Secretário a posição do Sindicato pela retomada dos trabalhos de regulamentação do memorial do professor, ao mesmo tempo em que cobrou do governo a republicação do decreto da promoção na carreira, publicado com incorreções. Neste sentido, externou sua discordância em relação a outras entidades, que paralisaram os trabalhos da comissão,

Pagamento da promoção por mérito

Questionado pela APEOESP, o Secretário reiterou a informação da SEE de que o pagamento da promoção por mérito será feito em abril, com valores retroativos a 1º de julho de 2014.

APEOESP reivindica respostas para a questão salarial

A Presidenta da APEOESP voltou a cobrar do Secretário da Educação negociações sobre a questão salarial dos professores.

Reafirmou a reivindicação de um aumento de 75,33%, necessário para a equiparação salarial com as demais categorias com formação de nível superior (como determina a Meta 17 do Plano Nacional de Educação), rumo ao piso do DIEESE para professor PEB I com jornada de 20 horas semanais de trabalho.

Este assunto será um dos principais pontos da reunião do Conselho Estadual de Representantes que se realizará no dia 29/01, quinta-feira, quando será definido o calendário da campanha salarial.

ATO UNIFICADO DE PROFESSORES, PAIS E ESTUDANTES PELA GARANTIA DE QUALIDADE NAS ESCOLAS ESTADUAIS

**DIA 29 DE JANEIRO • QUINTA-FEIRA • 15 HORAS
PRAÇA DA REPÚBLICA • CAPITAL**



- Contra o fechamento de classes
- Pelo menos um Professor Coordenador Pedagógico em cada escola
- Pelo fim da duzentena – por uma nova forma de contratação de professores temporários, com garantia de direitos, sem quarentena ou duzentena.
- Por melhores condições de trabalho.
- Por aumento salarial de 75,33%, rumo ao piso do DIEESE para PEB I com jornada de 20 horas semanais de trabalho.
- Demais reivindicações da nossa categoria.
- Organizem suas caravanas. Compareçam!

Se o governo não negociar, VAMOS PARAR!